

Notas sobre a invenção social de um singular sujeito de direitos

Juventude, juventudes

Regina Novaes

Infância, adolescência, juventude, maturidade e velhice: cada uma destas palavras designa um período diferente da vida. São palavras que nasceram no campo das ciências -sobretudo da biologia, medicina e psicologia – mas hoje habitam o vocabulário comum da vida cotidiana. A distinção entre cada uma destas fases passou a ser vista como natural, como se houvesse uma cronologia geral, oficial, definidora da “natureza humana”. Neste contexto, a “juventude” é tratada como se fosse um segmento populacional bem definido, suposto como universal.

No entanto, as definições de juventude não estão isentas de contradições históricas presentes nas sociedades capitalistas, com suas disputas políticas, velhas e novas desigualdades sociais. Os limites etários e as características de cada uma das “idades da vida” são produtos históricos, resultados de dinâmicas sociais mutantes e de constantes (re) invenções culturais. Ou seja, em cada tempo e lugar, diferentes grupos e sociedades definem o que é “ser jovem” e o que esperar de suas juventudes.

Com efeito, ser jovem hoje é estar imerso – por origem e/ou por opção – em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências. O que dizer sobre as expectativas que recaem sobre a juventude dos dias de hoje? Na chamada sociedade do consumo e do espetáculo os jovens são disputados por forças antagônicas que aderem ou se propõem a transformar os rumos de desenvolvimento global. Não por acaso, convivem percepções, atributos e imagens contraditórias sobre a juventude. Em diferentes situações e contextos, pessoas e instituições evocam adjetivos diversos para substantivar a juventude. Tais características produzem um desafiante objeto de investigação sociológica.

Por um lado, trata-se de compreender o que significa “ser jovem” em um tempo histórico marcado tanto por rápidas mudanças nos padrões de sociabilidade quanto por significativas transformações nas formas de atuação no espaço público. Em tempos de exacerbada tensão entre o local e o global, aprofundam-se as transformações no mercado de trabalho e os fenômenos relacionados com a violência que atingem de maneira particular os jovens. Sem dúvida, são os jovens mais pobres que são os mais atingidos pelo processo de desestruturação/flexibilização/precariização das relações de trabalho e também os que mais freqüentam as estatísticas de mortes violentas. Contudo, uma das características do tempo presente é que os jovens de diferentes classes sociais partilhem certos sentimentos e temores comuns.

* Antropóloga e Professora do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, como pesquisadora do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas), desenvolvendo o Projeto Juventude, Identidades e Expressões Culturais. É Consultora temática do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas) onde se desenvolve a Pesquisa Juventude e Integração Sul Americana. novaes-regina@uol.com.br

Por outro lado, na medida em que os processos econômicos e sociais em curso afetam as trajetórias juvenis, novas perguntas que vêm ganhando espaço nas reflexões acadêmicas e nas agendas públicas. Como falar em “juventude” e marcas geracionais comuns se os jovens vivem condições sociais heterogêneas marcadas por desigualdades e diferenças em termos de renda, cor, gênero, local de moradia, pertencimentos religiosos, culturais, ideológicos? Como compreender a grande variedade de temas e de identidades entre os jovens que se mobilizam? Como caracterizar a juventude como um “ator político” sem homogeneizar seus comportamentos e demandas levadas ao espaço público¹?

O objetivo do presente artigo é contribuir para a compreensão das múltiplas representações sobre a juventude que permeiam a sociedade atual; apresentar um painel dos temas e problemas que motivam a mobilizações juvenis e, finalmente, indagar sobre o significado e as repercussões da expressão “jovens como sujeitos de direitos” que se faz cada vez mais presente em documentos de organizações da sociedade civil e de organismos voltados para políticas públicas de juventude. A referência principal do artigo é o que se passa no Brasil. No entanto, tais fronteiras geográficas não impedem que – por vezes – a reflexão possa ser ampliada, seja através de diálogo com a literatura disponível, seja através de menção a resultados de pesquisas realizadas em outros países da América do Sul.

Em termos de abordagem teórica, considera-se que a juventude espelha a sociedade, com suas vulnerabilidades e potencialidades. No tocante à participação nos processos de tomada de decisão – inclusive nas esferas políticas – “ser jovem” é residir em um incômodo estado de devir, justificado socialmente como estágio de imaturidade, impulsividade e rebeldia exacerbada. Esta a fase da vida mais marcada por ambivalências provocadas pela convivência contraditória entre a subordinação à família e à sociedade e as expectativas de emancipação, sempre em choque e negociação².

Neste sentido, compreender melhor as questões específicas da juventude, é também desvendar lógicas e dinâmicas societárias do mundo atual. Em termos metodológicos, o desafio é evitar generalizações simplificadoras sobre a “juventude atual” e, ao mesmo tempo, perceber até que ponto o recorte geracional pode (ou não) ser um novo componente nos embates que configuram o espaço público atual.

Os mitos, as projeções e as pesquisas: dificuldades (subjetivas e objetivas) para caracterizar a juventude

A sociedade contemporânea é “juventudocêntrica” e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, muito crítica em relação a seus jovens. São dois lados da mesma moeda.

De um ângulo, a juventude hoje é vista como a expressão do bem. Seu valor simbólico positivo se expressa através da valorização da beleza, da saúde, da coragem, da capacidade de indignação. Todos querem permanecer jovens. Fisicamente, procura-se adiar o envelhecimento. Mentalmente, busca-se permanecer “jovem de espírito”. De outro ângulo, a “juventude” também é vista como o lugar privilegiado para a expressão de todo mal estar social. Provoca inquietações e evoca “problemas sociais” tais como violência, ócio, desperdício e irresponsabilidade.

De fato, determinados conceitos e preconceitos são sempre acionados – consciente ou inconscientemente – para falar sobre a juventude. O tema mobiliza razões e emoções. As generalizações sobre a juventude, via de regra, revelam projeções pessimistas ou otimistas sobre o futuro da sociedade. Trata-se de um campo fértil para a expressão dos medos e das expectativas que tensionam as relações entre gerações, tanto na vida privada e quanto no espaço público.

A partir daí, constroem-se os estereótipos. Há alguns anos atrás, Cecília Braslavsky – estudiosa sobre as questões juvenis na Argentina – identificou os três mitos mais comuns que são acionados para caracterizar a juventude. Nesta primeira década do século XXI – quando se destacam questões em torno da imposição de padrões estéticos; das novas tecnologias de comunicação e informação e das causas eco-

1 Espaço público aqui compreendido como lugar espaço de relações entre sociedade civil e Estado, que pressupõe disputas e negociações cujos resultados incidem sobre instituições sociais e governos.

2 Sobre as questões teóricas presentes nas definições de juventude ver Bourdieu 1983; Margullis e Urresti, 1996;

Ballardini, 2000; Filardo, V. 2002; Novaes e Vannuchi 2004, entre outros.

lógicas – os mitos sugeridos pela autora poderiam ser assim atualizados:

“o mito da juventude dourada” – “Ser jovem” é ter tempo livre para lazer, gozar o ócio, cultivar o corpo. É ser beneficiário de um período de “moratória social” sem angústia ou responsabilidades. Desta maneira, a sociedade consumista convoca jovens e adultos para “consumir” determinado modelo de juventude, distante das possibilidades materiais da maioria dos jovens. Esta visão é alimentada pelos os meios de comunicação que inculcam padrões estéticos e comercializam a “juvenização”. Através deste mito, todos os jovens são vistos pela ótica de uma restrita parcela dos jovens oriundos de famílias abastadas. Deste ponto de vista, todos os jovens seriam despreocupados ou só se mobilizariam em defesa de seus próprios privilégios.

“o mito da juventude cinza” – No conjunto, os jovens de hoje seriam “a desgraça e a ressaca da sociedade”: desocupados, delinqüentes, apáticos. Depositários de todos os males, os jovens seriam a perfeita expressão das leis da competitividade, da lógica do lucro, do cinismo da sociedade do espetáculo. Mais recentemente, os jovens seriam também “virtuais”, cada vez mais se descolados do mundo real.

Por tudo isto, são sempre “suspeitos”. Se forem ricos devem ser contidos com tratamentos médicos e (re) socializados para vencer na vida por meio de adesão a valores e padrões de consumo. Se forem pobres e, sobretudo, moradores de periferias violentas, são vistos como criminosos em potencial.

Neste mito, em contextos de comparação com gerações anteriores, são vistos como o mais evidente reflexo da crise da representação política e do fim das utopias.

“o mito da juventude branca”: Este se constrói a partir de um olhar mais idealizado. Em contraposição às visões estreitas e aos vícios políticos de gerações anteriores, nesta juventude estaria a criatividade, inventividade e energia da sociedade. Os jovens de hoje fariam o que seus pais não quiseram (ou não puderam) fazer. Pertencentes a uma geração menos iluminista/racionalista, indignados frente às desigualdades sociais, sabem também valorizar a diversidade cultural, aliar ética com estética. Menos antropocêntricos, incluem a “natureza” na agenda política, buscando sustentabilidade sócio-ambiental.

Preocupados com seu país, mas parte de uma geração com maior consciência ecológica, se preocupam com todo o planeta. Olhados deste prisma, seriam personagens maravilhosos e puros que podem salvar a humanidade.

Características apontadas nos três mitos convivem na sociedade atual e também em suas juventudes douradas, cinzas, brancas... Ou seja, na descrição de cada um destes mitos aparecem evidências empíricas que estão presentes nas vidas dos jovens de hoje. Além disto, simultânea ou sequencialmente estas características podem se manifestar na vida de um(a) mesmo(a) jovem.

Em resumo, representações sociais podem ser tomadas mitos, não porque expressem “mentiras”, mas porque tomam a parte pelo todo, generalizam e abolem determinadas contradições. Assim sendo, tais representações também se fazem presentes em outros espaços, expressando tanto a trajetória de vida de quem fala quanto o lugar (social) de onde se fala.

Os mitos anunciados acima são acionados em situações diversas e por diferentes agentes sociais “interessados” na caracterização da juventude. Neste sentido, menos que “desmascará-los”, devemos tomá-los como objeto de análise e, a partir daí, cotejá-los com outras informações (quantitativas e qualitativas) para refletir sobre a diversidade e as virtualidades das juventudes do século XXI.

Por exemplo, um passado idealizado também se manifesta quando falamos da “juventude de hoje”. De maneira geral, os jovens de hoje são vistos como mais alienados e desinteressados em questões sociais e políticas que as gerações anteriores. No ano passado, ano de 2008, no Brasil e em outros países da América do Sul, assistimos comemorações dos 30 anos que nos separam de 1968. O reconhecimento de um certo heroísmo e da generosidade de jovens que se engajaram em lutas sociais daqueles anos, produz uma identificação subjetiva que nos leva a esquecer que aqueles jovens não eram “representativos” (ideológica e/ou estatisticamente) de sua geração. Até mesmo porque, como se sabe, o acesso à vida universitária era bastante restrito.

Mas não são apenas os ex-militantes (e seus pares geracionais) que evocam a “geração 1968”. A nostalgia do passado tem ganhado a cumplicidade de jovens profissionais dos meios de comunicação e de seus céticos editores. Ao comentar pesquisas de opinião - que se propõe a medir o distanciamento ou

proximidade dos jovens das questões sociais e da participação política - várias reportagens da imprensa lançam mão de registros históricos e de depoimentos da "geração 68". Como não há informações do mesmo tipo de pesquisa sobre percepções, valores e comportamentos eleitorais gerações passadas, resolvem as dificuldades de encontrar parâmetros para comentar resultados de pesquisas quantitativas por meio de uma comparação com o passado. Assim, respostas de pesquisas atuais - obtidas por meio de amostras representativas de toda a juventude de hoje - são co-tejados a informações que fazem parte da memória social do movimento estudantil.

Criticar o alcance desta comparação não significa desvalorizar os pensamentos e ações dos jovens que ganharam visibilidade nos anos 60 e 70. Apenas significa lembrar que estes bravos militantes do movimento estudantil eram apenas uma parcela da juventude, eram "minorias ativas", e que é preciso evitar a compará-los diretamente com a totalidade dos jovens do presente.

Também quando se focaliza apenas um mesmo período histórico, a juventude não pode ser compreendida de maneira isolada do restante da sociedade. Em pesquisas em que se conclui que "os jovens de hoje não participam", "não acreditam na política", "são conservadores", são "de direita"³ seria necessário uma comparação entre as respostas dos jovens com as respostas dadas às mesmas questões por entrevistados de outras faixas etárias. Como se sabe, a desqualificação da política e dos políticos feita pelos jovens está associada às percepções mais gerais que povoam a sociedade. Ou seja, é preciso indagar o quanto um determinado fenômeno é especificamente juvenil ou é extensivo a toda a população. Como se sabe, a desqualificação da política e dos políticos feita pelos jovens está associada às percepções mais gerais que povoam a sociedade.

Certamente, é importante indagar se os jovens vivem hoje de maneira mais profunda, ou diferente dos adultos, a propagada "crise de representação". Talvez haja mesmo uma descrença mais aguda. Mas, neste caso, seria preciso refletir também sobre como

as mudanças gerais no campo político repercutem em diferentes segmentos juvenis e em suas diferenciadas trajetórias de vida. Se é verdade que - como já foi sugerido acima -, em cada tempo e lugar são muitas as juventudes e entre elas sempre existem adesões ao estabelecido e territórios de resistências e de criatividade, quais seriam hoje tais territórios?

Juventudes em movimento: as distintas modalidades de ação coletiva e suas repercussões políticas

O mundo do trabalho se revela a cada dia mais restritivo e mutante. A precarização das condições de trabalho, a flexibilização das garantias trabalhistas, o desemprego, a concentração fundiária, as rápidas mudanças tecnológicas e, ainda, as discriminações (ditadas pela idade, raça, etnia, gênero, local de moradia) são características objetivas que instalam entre os jovens de hoje o "medo de sobrar". Se é verdade que a baixa escolaridade e a origem social fazem aumentar este medo entre os jovens das classes populares, não podemos dizer que este sentimento esteja ausente entre jovens de classe média que concluíram seus estudos. A incerteza em relação à inserção produtiva faz parte da experiência desta geração juvenil.

Por outro lado, segundo o Mapa da Violência (RIT-IA, 2008), a probabilidade de um jovem da América Latina morrer vítima de homicídio é 30 vezes maior que a de um jovem da Europa e setenta vezes maior que a de jovens de países como a Grécia, Hungria, Inglaterra, Áustria, Japão e Irlanda. O Brasil se destaca pelo número de jovens que convivem com a morte de pares (irmãos, amigos, vizinhos). Em um contexto histórico onde há uma perversa combinação entre proliferação de armas de fogo, territórios dominados por traficantes de drogas e a corrupção das polícias, despreparadas para lidar com a juventude, espalha-se o "medo de morrer" cedo e de forma violenta.

Estes medos somados a inseguranças advindas de processos de desterritorialização e novos fluxos migratórios e, ainda, inseguranças advindas das questões ecológicas (traduzidas na expressão "aquecimento global") produzem um inédito sentimento de desconexão em um mundo tecnologicamente conectado.

Contudo, estes medos e inseguranças não produzem apenas competitividade e isolamentos, baseados em preconceitos e discriminações. Produzem tam-

3 Pesquisa recente do Instituto Data Folha, foi anunciada na Folha de São Paulo (5 de julho de 2008) através da seguinte chamada: "Os jovens são de direita e só pensam em coisas materiais", os comentários remetem aos anos de 1968 e pouco falam sobre outros grupos etários que compõem a sociedade de hoje.

bém novas sensibilidades e consignas políticas que se adentram na agenda de movimentos sociais pre-existentes e, também, justificam a formação de novos grupos que se apresentam no espaço público.

Como lembra Helena Abramo (1997), atualmente é muito mais diversificada a face social dos jovens que se mobilizam: se até os anos 70 os atores juvenis estavam restritos aos jovens estudantes de classes médias, hoje, várias dessas formas de movimentação que vemos surgir se fazem entre jovens dos mais distintos setores sociais. São grupos que promovem o estabelecimento de novas formas de pertencimento social que lhes permitem expressar seus descontentamentos, fazer denúncias e elaborar caminhos de participação. Portanto, antes de descartá-los considerando-os como “meramente” artísticos, místicos ou assistencialistas, é necessário conhecer melhor suas formas de atuação no espaço público e atentar para os efeitos políticos de suas práticas sociais.

Nos setores populares urbanos e rurais, de distintos países da América Latina, proliferam hoje grupos ecológicos⁴. Neste cenário, no Brasil, antigas questões relacionadas ao lixo urbano ganham outra conotação por meio da chave de leitura ecológica que introduz a “reciclagem” no vocabulário político. Assim como, clássicas questões sobre os impasses da pequena produção agrícola frente a processos de concentração de terras ganham novas conotações frente a grupos de jovens em defesa da “sustentabilidade sócio-ambiental”, que flexibiliza as fronteiras entre as agendas de jovens rurais e urbanos⁵.

Nos grupos religiosos também há novidades. As igrejas cristãs, principalmente a Igreja Católica e as evangélicas classificadas como progressistas, sempre foram no Brasil e em alguns outros países da América do sul, um celeiro de quadros políticos. Pode-se dizer que isto ainda existe. Mas, ao lado deste fenômeno, registram-se outras ligações entre religiosidade e participação social. A própria causa ecológica é

produtora de uma peculiar espiritualidade que motiva a militância social entre jovens. Com efeito, no Brasil, com a diminuição da transferência religiosa intergeracional do catolicismo, aumentam as famílias pluri-religiosas e o número de jovens que fazem suas escolhas religiosas pessoais. Porém, diferentemente do que acontecia em outras gerações, cada vez é mais difícil generalizar sobre a equação pertencimento religioso x, y, z e atitude política x,y,z.. Por exemplo, o crescimento pentecostal entre os jovens moradores de áreas pobres e violentas não pode ser visto simplesmente como “a” causa de sua não participação política. Tal adesão precisa ser compreendida tanto no contexto de um campo religioso plural e competitivo, quanto no quadro da exclusão social e violência que engendra pertencimentos religiosos com repercussões políticas. Enfim, nas “Campanhas pela Paz” tão atuais no século XXI, encontram-se jovens de diferentes pertencimentos religiosos e “jovens religiosos sem religião”, isto é que afirmam ter crenças e valores religiosos, mas não têm pertencimento institucional.

Também vale a pena falar dos grupos de afirmação de identidades. São grupos de jovens mulheres; de jovens indígenas (ou de povos originários, como se diz na América Latina); de jovens negros/as; de jovens com deficiência, de jovens que se reúnem em torno da livre orientação sexual. Devedores de lutas sociais de outras gerações, estes grupos trazem suas demandas geracionais para dentro de seus movimentos pré-existentes e/ou criam novos grupos, redes e movimentos para apresentar suas demandas para a sociedade. Como toda a experiência geracional é inédita, por meio dos jovens de hoje velhas demandas são renovadas e são geradas outras demandas específicas. Jovens mulheres, por exemplo, apresentam questões em torno da tripla jornada (trabalho fora/trabalho doméstico e estudo) a que estão submetidas. Jovens indígenas demandam tanto o reconhecimento de suas raízes culturais quanto o acesso às novas tecnologias de informação. Jovens de distintas orientações sexuais tanto combatem o preconceito quanto denunciam tratamento desigual no sistema preventivo de saúde.

Em uma outra vertente, podemos destacar os **grupos culturais**. São grupos que, por meio de ritmos, gestos, rituais e palavras, instituem sentidos, negociam significados, buscam visibilidade pública, disputam adesões de jovens. No Uruguai destacam-se

4 Ver PNUMA GEO JUVENIL para América Latina y el Caribe. Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, 2003 Sobre o Brasil, ver Carvalho, 2004.

5 Sobre o assunto ver também as justificativas ecológicas presentes no ideário do grupo “Planta tu planta”, participante da Coordenadora por la Legalización de la Marihuana, apresentadas na publicação Que vês... qué ves cuando me vês? Editada no Uruguay por Cotidiano Mujer e Grupo de Estudios Urbanos y Generacionales de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de La Republica.

as murgas jovens, na Argentina os grupos de Rock, na Bolívia grupos de teatro e de hip hop; no Paraguai grupos de teatro de jovens rurais. No Brasil, a literatura tem registrado grupos de jovens voltados para esportes, para rádios comunitárias, para o teatro, a dança e variados estilos musicais (rock, punk, heavy metal, reggae, hip hop, funk, entre outros).

Estes grupos inventam e reinventam estilos que se tornam formas de expressão e comunicação. Funcionam como articuladores de identidades e se tornam referências na elaboração de projetos individuais e coletivos. Lançando mão de recursos materiais e simbólicos próprios ou incentivados por mediadores (das Igrejas, agências internacionais ou organizações não governamentais e fundações locais), suas ações imediatas visam um tipo de produção cultural voltada para a afirmação das chamadas “comunidades locais”.

A cultura é lócus de constante invenção e reinvenção de formas e canais de comunicação. Mudanças culturais marcam características de diferentes gerações. Nos anos 60, produtores de “arte engajada” se colocavam à disposição das causas do movimento estudantil, das lutas sindicais e políticas, hoje os chamados “grupos culturais” renovam o repertório político e levam suas expressões artísticas diretamente ao espaço público.

Por outro lado, grupos juvenis se aproximam das agendas “*contra a globalização*” ou “*por uma outra globalização*” via conexões internacionais, expressas nos encontros de Seattle, Gênova e nas ações ‘*contra-cúpulas*’, o Fórum Social Mundial, a Ação Global dos Povos, os Encuentros Intergalácticos dos Zapatistas, etc... também pautam grupos de jovens. Em uma das vertentes conhecidas, estes temas geraram o conceito de “nova geração política” pensado como substituto do termo juventude que estaria desgastado tanto no mundo capitalista (consumo) como no da militância política (progressista) por sua dependência e atrelamento aos quadros partidários existentes⁶.

De fato, diversificaram-se os grupos juvenis e as possibilidades de ação coletiva. Hoje o **movimento estudantil** não é mais o único e mais legítimo porta voz da juventude e nem a vida política se resume aos **sindicatos e partidos**. Mas isto significa que assis-

timos hoje o gradual desaparecimento do movimento estudantil, das juventudes partidárias e dos departamentos juvenis das organizações sindicais? Uma vez mais, faltam estatísticas e séries históricas que permitam comprovar ou questionar qualquer comparação quantitativa sobre participação juvenil. No entanto, mesmo sem poder falar em quantidades, é importante atentar para o aspecto relacional e refletir sobre a atual configuração de atores juvenis.

A despeito de todas as dificuldades inerentes às instituições hierárquicas como Partidos e Centrais Sindicais, observa-se uma crescente valorização dos departamentos juvenis. Estas organizações - que muitas vezes sofrem de problemas de distanciamento das bases, de representatividade e inovação na linguagem e formas de atuação-, tem esforçado para incorporar em sua agenda novos temas e formas de mobilização para se aproximar das questões dos jovens de hoje. Sem ter o monopólio da representação juvenil, jovens estudantes, sindicalistas e de partidos políticos se engajam em Campanhas temáticas, na formação de Conselhos de Juventude e em outros espaços de expressão de interesses de jovens convivendo com grupos culturais, religiosos, esportivos, ambientalistas, de direitos humanos, de voluntariado, etc.... Sem dúvida, esta “convivência” nem sempre é pacífica. Em muitos momentos, há concorrências (não só ideológicas, mas também de finalidade e estilo) e desqualificações mútuas. Via de regra, no momento das disputas, os organizados são chamados de “manipuladores” e os jovens de grupos religiosos de “assistencialistas”, e de ONGs ou culturais são chamados de “despolitizados”. No entanto, este jogo de oposições é bem mais dinâmico do que à primeira vista pode parecer.

Trajetórias juvenis: combinações. Histórias de vida de jovens revelam que as fronteiras entre pertencimentos são bem menos rígidas e mais fluidas do que em outros tempos. As passagens de um tipo de grupo para outro e as participações simultâneas fazem parte das trajetórias de jovens brasileiros. Segundo registros de pesquisa por mim realizada, veja-mos quatro trajetórias possíveis:

(a) Maria é uma jovem de 19 anos, moradora de uma favela, que começou como beneficiária de um Projeto Governamental, voltado para questões de gênero, por aí se aproximou de uma “rede de gênero” e de uma ONG, hoje faz parte de um “coletivo de gênero” de um Partido político.

6 Ver IBASE/POLIS, 2008, particularmente no que diz respeito à análise do Acampamento internacional da Juventude, durante várias edições do Fórum Social Mundial.

(b) José é jovem, branco, de 21 anos que está na militância pela livre orientação sexual e que já participou de uma Ong ambientalista, de grupos de Igreja Católica, do Sindicato dos Bancários e já esteve próximo da juventude partidária.

(c) Isaias jovem negro, de 24 anos, filiado ao PT, pertence à Assembléia de Deus, grupo evangélico pentecostal e, através de uma agência de cooperação internacional visitou Angola participando de uma rede de diáspora africana.

(d) João, ou DJX como também é chamado, começou no Sindicalismo, hoje é visto como um jovem do movimento Hip hop que atua em Projetos voltados para Jovens apoiados por uma Fundação Social, ligada a uma importante empresa brasileira.

Pertencimentos frágeis? Ou oportunidade para a renovação dos espaços tradicionais da política? Não há respostas fáceis para esta questão. Via de regra, as comparações sociedade civil ideal (*como as coisas deveriam ser*) com a vida societária real (*como as coisas são*) não são muito reveladoras das dinâmicas sociais em curso. É preciso encontrar as perguntas e os instrumentos de pesquisa que revelem matizes e modulações.

Tecnologias e Utopias. Determinadas características do mundo de hoje devem ser levadas em conta para que possamos compreender comportamentos e ações dos jovens de hoje. Uma destas características diz respeito às novas tecnologias. Mesmo em um cenário de aumento de desigualdades sociais, no dia-a-dia não é impossível que grupos de jovens socialmente distantes tenham acesso às mesmas informações sobre determinados assuntos. Sem dúvida, as repercussões das mesmas informações estão sujeitas a uma multiplicidade de apropriações e vivências advindas de diferenças de renda, de gênero, de raça, etnia, local de moradia e de estilos pessoais. Porém, a propagação veloz de certos símbolos e valores permite que jovens de diferentes locais do mundo tenham pela primeira vez um mesmo universo de referência. Aceleraram-se os processos de contato e se ampliam as possibilidades de hibridismo cultural. Diversidades e identidades se manifestam em um mesmo país, entre países, regiões e continentes.

Não há hoje participação social que não tenha algum grau de dependência das novas tecnologias de informação e comunicação. A despeito de todas as desigualdades de acesso e diferenças de uso, a existência da internet não pode ser desconsiderada na

análise da participação juvenil. Sem dúvidas, estamos longe de uma “democracia de informações”. No entanto, as novas tecnologias não só se fazem presentes como renovam nos espaços de agregação juvenil. Ou seja, em tempos de internet, as “redes juvenis” são meios para dinamizar o que já está constituído e, também, têm funcionado como ponto de partida para a construção de novos espaços de comunicação, identificação e ação.

Um bom exemplo são os sites hip hop” que atravessam o mundo. Além de divulgar seus respectivos trabalhos artísticos (de rap, break e grafite), este expediente é visto como uma forma de afirmar a “cultura hip hop”, com seus símbolos, convicções e causas. Existem Portais mais abrangentes nos quais a mensagem da primeira página sempre relacionada à origem urbana e periférica do Hip Hop e seu poder de transformação social. Outros sites votados para grupos específicos que destacam sua origem e idéias “combativas”, com “atitude”, em geral, críticas à sociedade branca e excludente. Encontramos também sites de Projetos sociais voltados para jovens que utilizam o Hip Hop como metodologia de trabalho para intervir na sociedade. Em todos os casos, o meio digital é fundamental para a relação entre a experiência local e a identidade que a ultrapassa.

Podemos dizer que, entre jovens, utopias igualitárias se combinam com tecnologias digitais. Não por acaso, na interface entre as desejadas melhorias do sistema escolar e a qualificação voltada para a inserção produtiva surge a demanda por *inclusão digital*. No âmbito da participação social de jovens, as NTICs se tornam instrumentos úteis para a circulação de informações e para alimentar pertencimentos. Este é o caso do envolvimento de grupos de jovens na defesa do *software livre* (programa de código aberto) que significa dar liberdade para os usuários (as) para executar, copiar, distribuir, estudar, modificar e aperfeiçoar o Programa.

Ou seja, expedientes virtuais, vinculados às novas tecnologias de informação, nem sempre afastam os(as) jovens do mundo real. Relativizando tal generalização, a recente pesquisa Juventude e Integração da América do Sul, coordenada pelo IBASE/POLIS⁷, ouvindo cerca de 850 entrevistados em seis diferentes da América do Sul, destacou a usos recentes das

7 Ver IBASE/POLIS, 2008, onde se apresentam seis demandas para a Construção de uma Agenda Comum.

novas tecnologias de informação e comunicação. Tais como: assembleias por Internet; blogs, fotologs, páginas pessoais, fóruns de discussão com temas específicos; torpedos de celular para comunicação entre participantes, celulares usados para registro de manifestações, entre outras. Instrumentos de organização, de registro de atividades, de disseminação das demandas e mobilização, tais tecnologias foram citados entre os(as) jovens organizados(as) que – em moldes contemporâneos – reinventam utopias (compreendidas como sonhos mobilizadores) por meio de inéditas conjugações entre demandas imediatas e questões mais gerais, via de regra amalgamadas por meio das idéias força como sustentabilidade socioambiental e direitos humanos.

Juventudes no plural: um singular “sujeito de direitos”?

Levando em conta o crescente número de grupos, redes e movimentos que reúnem jovem e/ou se autodenominam como “juvenis” ou de “juventude”, podemos indagar até que ponto a juventude poderia ser considerada como um novo “sujeito de direitos”, tal como almejam hoje muitos do que militam por esta causa?

É bom lembrar que o reconhecimento de todo ser humano como cidadão ou cidadã, portador de direitos, é um resultado de uma série de embates sociais. Na cultura política moderna, a noção de “direito” foi a criação social que personificou e sintetizou a promoção da igualdade. A idéia de “direito” emergiu – especialmente a partir da Revolução Francesa – como a expressão de um contra-poder político simbólico e prático. Mesmo que a produção histórica deste discurso não garanta – por si – a efetividade dos direitos, trata-se de uma ferramenta pública que legitima a busca de oportunidades iguais, de acesso ao conhecimento e aos patrimônios produzidos e acumulados pelas sociedades. Neste sentido, as lutas pela consagração, efetivação e ampliação dos direitos criam diferentes atores políticos.

Como se sabe, a partir de uma geração de direitos outra é criada, em um jogo dinâmico em que a consolidação de uma abre espaço para a emergência da outra. A primeira geração foi a que consagrou os direitos civis e políticos, que implicam em igualdade entre as pessoas, direito à propriedade, participação nas tomadas de decisão, segurança e resistência à

opressão, seu fundamento é a liberdade. A segunda geração marcou a emergência dos direitos sociais e culturais⁸, estes dizem respeito garantias trabalhistas, seguridade social, acessos a bens culturais, seu fundamento é a igualdade. Por fim, como produto da ação de diversos movimentos sociais nas últimas décadas do século XX, a terceira geração de direitos é caracterizada pela consagração dos direitos difusos. Ao contrário das duas outras gerações de direitos, voltadas para o indivíduo /cidadão, esta se caracteriza por sua incidência coletiva. Seus titulares são grupos sociais como negros, mulheres, homossexuais, são grupos de idades como crianças, adolescentes, jovens e idosos. A função desses direitos é a de garantir condições para que esses grupos sociais possam se desenvolver integralmente, sem serem subjugados ou discriminados. Através deles se garante também a preservação ambiental e do patrimônio histórico e cultural. Seu fundamento é a solidariedade.

Se os tempos modernos se caracterizaram pela busca da liberdade e da igualdade por meio da consagração de direitos individuais e sociais, no mundo contemporâneo a mesma matriz política deve dar conta também do reconhecimento e valorização da diferença e das identidades coletivas.

Portanto, do ponto de vista dos direitos de cidadania, pensar os jovens como “sujeitos de direitos” significa levar em conta tanto os civis, políticos, sociais e culturais, quanto os difusos que marcam especificidades geracionais em suas diversidades. Articular igualdade de acessos e oportunidades com o reconhecimento e valorização das diferenças é uma exigência do contexto histórico no qual se constrói este ator social. Tal articulação é essencial para a afirmação de direitos da juventude e, conseqüentemente, para a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para suas atuais demandas. Interessante notar como a expressão “jovens como sujeitos de direitos” aproxima os dispositivos legais e jurídicos dos “direitos de cidadania” em cada país com as convenções internacionais voltadas para os “direitos humanos”.

Com efeito, a Declaração Universal dos Direitos Humanos elaborada pela ONU, em 1948, após o

8 No Brasil, segundo o Artigo 6º da Constituição Federal de 1988, são considerados direitos sociais os direitos à educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, cultura, segurança, proteção à maternidade e assistência aos desamparados.

término da Segunda Guerra Mundial, também foi se modificando ao longo da história. Em 1966, os direitos humanos foram divididos em dois grupos: o primeiro reunindo direitos civis e políticos e o segundo os direitos econômicos, sociais e culturais. Em 1988, ao lado de outras especificações sobre os direitos da infância e da velhice, inclui-se entre os Direitos Humanos a questão ambiental. A sigla DESCA (Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais) passa, então, a fazer parte do vocabulário político de diferentes movimentos sociais. Os defensores dos DESCA advogam a unicidade e a indivisibilidade dos direitos, considerando a realidade de vida das populações com direitos violados ou nunca alcançados. A rigor, ultrapassando fronteiras nacionais, a expressão “direitos humanos” tem sido utilizada como um instrumento para combater violências físicas e simbólicas decorrentes de desigualdades sociais e diferenças culturais.

Estas incorporações, fruto de pressões e articulações internacionais de movimentos sociais, também refletem transformações sociais globais. Frente a um modelo de desenvolvimento excludente, a nova geopolítica mundial e as tecnologias de informação e comunicação aceleram processos de mudança social que escapam ao controle democrático de cada país. Neste sentido as normas internacionais em matéria de direitos humanos ganham inédita importância para a atual geração juvenil.

Em síntese, hoje não se trata mais de consagrar abstratamente a Declaração dos Direitos Humanos ou, ao contrário, “desmascará-la” como símbolo da expansão européia e ocidental sobre o resto do mundo⁹. De fato, a categoria “direitos humanos” tem funcionado como uma espécie de chave de leitura utilizada para compreender eventos e processos históricos recentes. Seu reconhecimento internacional produz uma espécie de “esperanto”, linguagem universal, que permite apropriações sociais diversas.

Neste cenário, em resposta à globalização dos processos de exclusão social, surge uma área de interseção entre as noções de direitos de cidadania e de direitos humanos. Por um lado, houve uma ampliação da noção de direitos da cidadania, incluindo “direitos de grupos” e a noção de solidariedade. Por outro lado, frente ao surgimento da consciência ecológica, das

ameaças da indústria bélica e aos desafios do multiculturalismo, presente no mundo globalizado¹⁰, concretizou-se tanto a idéia de que existem “interesses humanos” comuns aos habitantes do planeta, quanto a necessidade de construir uma nova sociabilidade que combine igualdade e diversidade.

Assim sendo, quando olhada pela ótica das demandas juvenis, a categoria direitos humanos funciona tanto como: a) um instrumento de pressão que provoca o cotejamento de legislações nacionais com a Declaração, e os demais Tratados e Acordos Internacionais b) um expediente agregador da diversidade de demandas juvenis entre as próprias juventudes nacionais e para além das fronteiras nacionais.

Considerações finais

Está em curso um processo que vem provocando questionamentos e modulações nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre os sujeitos jovens.

No Brasil, assim como na maioria dos países da América do Sul, os jovens de hoje enfrentam enormes dificuldades de ingresso e permanência no mercado de trabalho; representam o contingente populacional mais atingido pelas distintas formas de violência; têm acesso restrito aos bens culturais; não têm assegurado o direito a uma educação de qualidade e não recebem tratamento adequado no tocante às políticas públicas de saúde e lazer.

Por outro lado, grupos, redes e movimentos juvenis buscam reconhecimento no espaço público, onde explicitam pontos de vista, posicionamentos políticos, projetos de sociedade. São novas combinações temáticas e de formas organizacionais que traduzem em disposições éticas e ações concretas em diferentes espaços dos quais participam jovens. Grupos ambientalistas, religiosos, identitários, culturais – muitas vezes apoiados por projetos sociais governamentais e não governamentais - se articulam seja para participar de articulações e mobilizações ligadas às suas específicas áreas de atuação; seja para participar de Campanhas e mobilizações ligadas a interesses mais amplos da sociedade em que vivem. No conjunto, com suas demandas de reconhecimento, distribuição e participação, os jovens buscam inserção societária nos moldes do século XXI.

9 Ou, como prefere Laura Nader (1999), “(direitos humanos) como aquilo que os americanos levam aos outros”.

10 Ver Cancline, 1995.

Neste processo a idéia do “jovem como sujeito de direitos” se constrói justamente na intercessão entre os Direitos da Cidadania e os Direitos Humanos. Nesta intercessão há lugar tanto para a busca de justiça e igualdade, quanto para a valorização da diversidade. Tal combinação pode oferecer uma historicamente inédita equação entre *motivações pessoais* (que partem do subjetivo, mas não ficam restritas a questões de foro íntimo) e *motivações coletivas* (que exigem objetivação, ações no aqui e agora no espaço público).

Com efeito, para esta geração juvenil ampliam-se as possibilidades de engajamento social a partir de sentimentos gerados na esfera da vida privada. Não por acaso, observando o conjunto das consignas e formas de organização juvenis, notamos que questões relativas à sexualidade são hoje levadas ao espaço público tanto através do combate ao machismo e à homofobia, quanto por meio da categoria “direitos reprodutivos”, ancorada em resoluções de encontros internacionais de Direitos Humanos. Desta forma, para além das desigualdades e diversidades presentes entre os/as jovens, torna-se possível pensar juventudes, no plural, sem abrir mão de buscar sua singularidade neste momento histórico (em que mais *medo de sobrar, maior medo de morrer cedo e de forma violenta, maior conectividade, mais consciência ambiental*).

É verdade que a expressão “jovens como sujeito de direitos” também revela um hiato entre o discurso e a prática, pois vivemos em uma sociedade em que a retórica dos direitos não tem correspondente efetividade. No entanto, considerando que a linguagem não é apenas um veículo, mas é também construtora da realidade social, podemos apostar que esta expressão jogará um papel ativo para o nascimento de novas percepções sobre as necessidades e demandas dos/das jovens de hoje.

Ou seja, considerando os “jovens como sujeitos de direito”, evita-se generalizações frágeis que produzem o entendimento de que todos os jovens vivem em um tempo de “moratória social (*mito da juventude dourada*); ou de que - com seus problemas de “gravidez precoce”, drogas, violência, desemprego – os jovens expressam todo mal da sociedade (*mito da juventude cinza*). E, ao mesmo tempo, evita-se também a idealização da juventude como a única protagonista de mudanças sociais, em uma nova interpretação heróica de seu papel mítico (*mito da juventude branca*).

Olhar a juventude em suas diversidades, vulnerabilidades e potencialidades pode favorecer a (re)construção de utopias menos dicotômicas do que aquelas que povoaram os sonhos de gerações passadas. Para as ciências sociais está colocado o desafio de formular as perguntas pertinentes e construir as categorias de análise adequadas para melhor compreender a atual condição juvenil e sua nova politicidade.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Helena. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. Juventude e Contemporaneidade. RBPE nº 5 e nº 6, ANPED, 1997.
- BALARDINI, Sergio (compilador). “La Participación Social y Política de los Jóvenes en el Horizonte Del Nuevo Siglo”. Colección Grupos de Trabajo de CLACSO. Buenos Aires, 2000.
- BOURDIEU, P. “A Juventude é apenas uma palavra”. In: Questões de sociologia. Rio de Janeiro, 1983.
- CANCLINI, Nestor García. Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- CARVALHO, Isabel Cristina “Ambientalismo, Juventude e Esfera Pública” In: Juventude e Sociedade. Novaes, R e Vannuchi, P. (ORGS), Ed. Perseu Abramo, 2004.
- COTIDIANO MUJER E GRUPO DE ESTUDIOS URBANOS Y GENERACIONALES de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de La Republica. Que vés...qué ves cuando me vés? Uruguay 2008.
- FILARDO, V Tribus Urbanas em Montevidéu: novas formas de Sociabilidade TRILCE, 2002
- IBASE/POLIS/IDRC Seis Demandas para a construção de uma agenda comum. Reatório da Pesquisa Juventude e Integração Sul-Americana. Rio de Janeiro, fevereiro de 2008
- MARGULIS, M. e URRESTI, M. “La juventud es más que una palabra”. In: Margulis, M. (ed) - La juventud es mas que una palabra. Buenos Aires, Biblos, 1996.
- NADER, Laura. “Num espelho de mulher: cegueira normativa e questões de Direitos Humanos não resolvidas”. Revista Horizontes Antropológicos, número 10, 1999.
- NOVAES, R e VANNUCHI, P. (orgs). Juventude e Sociedade Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- PNUMA GEO JUVENIL para América Latina y el Caribe. Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, 2003
- RITLA Mapa da Violência- Os Jovens na América Latina, 2008.

Summary

This article expects to contribute to the comprehension of the youth, perceiving its participation in processes, feelings, representations and acts that permeate the current society. To meet such goal, this text presents not only perceptions on the present youth but also a panel on issues and problems that stimulate young people to belong to certain social groups. This article emphasizes religious, identitarian, cultural and environmental groups that contribute to broaden public space, fostering a certain update in parties, unions and students' movements. Finally, this article questions the meaning of the expression "young individuals as entitled to rights", which progressively pervades documents published by organizations and organisms of the civil society that focus on public policies for the youth. Brazil is the main reference in this article. However, the scope of this reflection should be magnified, either through dialogue with the literature on youth, or through reference to researches that have been conducted in other South American countries.

Palavras chave: Juventudes / Subjetividades / Direitos.

Resumo

O artigo se propõe a contribuir para a compreensão da categoria "juventude" inserindo-a nos processos, sentimentos, representações e práticas que permeiam a sociedade atual. Com este objetivo, apresenta visões sobre a juventude contemporânea; assim como um painel dos temas e problemas que motivam os pertencimentos juvenis. Destaca a presença grupos religiosos, identitários, culturais e ecológicos que contribuem para a ampliação do espaço público, provocando um certo "aggiornamento" do movimento estudantil, dos partidos e sindicatos. Por fim, indaga sobre os significados e as repercussões da expressão "jovens como sujeitos de direitos" que se faz cada vez mais presente em documentos de organizações da sociedade civil e de organismos voltados para políticas públicas de juventude. A referência principal é o que se passa no Brasil. No entanto, -seja através de diálogo com a literatura disponível, seja através da referência a resultados de pesquisas realizadas em outros países da América do Sul- busca-se ampliar o escopo da reflexão.

Keywords: Youth / Subjectivity / Rights.